



Biblioteca Marumby

Revisitando as psicologias : da epistemologia à ética
Ac. 24743 - R. 38092 Ex. 2

Compra - CURITIBA

Nf.: 9912 R\$ 24,69 - 03/02/2012

Psicologia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Figueiredo, Luís Cláudio M.

Revisitando as psicologias : da epistemologia à ética
das práticas e discursos psicológicos / Luís Cláudio M.
Figueiredo – 5. ed. – Petrópolis, RJ :
Vozes, 2009.

ISBN 978-85-326-1379-0

Bibliografia.

1. Psicologia – Filosofia 2. Psicologia – História
3. Psicologia – Teoria, métodos etc. I. Título.

04-3603

CDD-150.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia : Filosofia e teoria 150.3

Luís Cláudio M. Figueiredo

Revisitando as psicologias

Da epistemologia à ética das práticas e
discursos psicológicos

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

FACULDADE DOM BOSCO
BIBLIOTECA

de fácil acesso e pouco conhecido. Arrasando a sua inclusão nesta coletânea lhe dará um maior alcance. Outro trabalho - "Investigação em psicologia clínica" - entre os textos que escrevi sobre o tema, um dos meus preferidos, focaliza uma das dimensões da prática e das fazeres psicológicos: a pesquisa que se exige de todo psicólogo, mesmo que não seja um pesquisador profissional. Neste trabalho, enfatizo a questão da ética, no âmbito da epistemologia da pesquisa científica. Finalmente, o primeiro texto foi na origem uma carta que escrevi para um ex-aluno de doutorado, o Professor Charles Lang, da Universidade. Nesta carta, originalmente publicada em um jornal universitário destinado aos estudantes de Psicologia do Rio Grande do Sul, tento justificar a minha paixão e meu interesse pelas áreas da história e da filosofia da psicologia. A carta também trata da importância da ética na pesquisa psicológica. Este texto, apesar de não ter sido adotado por todo o país, chegou a ser distribuído em algumas universidades e a ser traduzido para o inglês. Creio que a leitura desta "carta" pode ser útil para você e alguns professores em tirar do texto um pouco mais de sentido com um esforço um pouco menor.

São Paulo, maio de 1984

1

Convergências e divergências: a questão das correntes de pensamento em psicologia

Luís Cláudio Figueiredo*

O presente texto enfoca um tema a que me venho dedicando há cerca de quinze anos e no qual venho investindo uma parte substancial do meu esforço de pesquisa e reflexão. No entanto, quero, também, de antemão, fazer uma advertência: estes anos todos não foram suficientes para que eu possa hoje oferecer respostas completas e convincentes aos inúmeros e angustiantes problemas que decorrem da fragmentação do conhecimento psicológico.

Poderia dizer, contudo, que o ganho tem sido exatamente o de fazer avançar o problema no sentido de mantê-lo aberto, tornando-o para mim mesmo mais claramente delineado. Isto, talvez, seja pouco para oferecer, mas não gostaria de decepcionar excessivamente meus

* USP - PUC-SP.

eventuais leitores prometendo mais do que realmente me acho em condições de oferecer.

Ao longo destas páginas tratarei em primeiro lugar da própria dificuldade que nós psicólogos encontramos por ter de lidar com a fragmentação de nossos saberes; veremos como frequentemente, atordoados pelas divergências e ansiando por convergências e unidade, enveredamos pelos caminhos perigosos do dogmatismo e do ecletismo. Em seguida, apresentarei algumas perspectivas que me parecem mais maduras e proficuas para enfrentar estas questões. Estas perspectivas dizem respeito, primeiramente, a tentativas de compreender a estrutura da dispersão (que parece caótica, mas na verdade tem sua própria organização); em segundo lugar, trata-se de avaliar o alcance das divergências (que é muito mais amplo, profundo e complexo do que aquilo que poderíamos chamar apenas de “divergências teóricas”); no exame deste alcance será muito enfatizada a dimensão propriamente ética envolvida na questão.

Faz parte do conhecimento de todo psicólogo, de todo professor de psicologia e de todo aluno em formação o estado fragmentar do conhecimento psicológico. A propósito, Luiz Alfredo Garcia-Roza referiu-se à psicologia como “um espaço de dispersão”. Para quem acompanha a história desta área de produção de saberes e de práticas fica muito claro que esta designação serve para caracterizar a psicologia pelo menos nos últimos cem anos e nada indica que vá perder a validade nos anos futuros. Efetivamente, a ocupação do espaço psicológico pelas teorias e

sistemas não deu lugar à formação de um continente, mas sim de um arquipélago conceitual e tecnológico. Ou seja, não se trata de um território uno e integrado, embora também não sejam ilhas totalmente avulsas e desconectadas. Na verdade, ao longo de cerca de 40 anos, as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, surgiram, quase que simultaneamente, as grandes propostas de apreensão teórica do psicológico ou do comportamental. De lá para cá o que assistimos foi a consolidação de microcomunidades relativamente independentes, cada qual com suas crenças, seus métodos, seus objetivos, seus estilos, suas linguagens e suas histórias particulares. No entanto, a independência não é completa, o que se mostra de variadas maneiras.

Por exemplo: via de regra, dentro de um curso de formação de psicólogos estão representadas muitas (mas não todas) destas comunidades. Os alunos, ao ingressarem no curso e entrando em contato com o currículo, podem ficar, de início, com a expectativa de que várias disciplinas irão se organizar harmonicamente, convergindo para uma meta comum, segundo uma concepção compartilhada por todos os professores do que seja pensar e fazer psicologia. Muito rapidamente eles percebem que algo não caminha conforme o esperado. Costuma emergir, então, um certo desassossego e uma certa desconfiança. Penso que algo que merecia ser prontamente tematizado é a relação entre o estado um tanto caótico e inevitavelmente desarticulado de qualquer currículo de formação em psicologia e as condições históricas desta área. Esta já seria uma boa razão para atribuímos ao estudo da história da psicologia, ou das psicologias, um lugar privilegiado na formação do psicólogo. É claro que

esta história não poderia ser apenas, como frequentemente ocorre, uma exposição das teorias e sistemas; seria necessário enveredar pelo estudo dos níveis ou planos em que estes sistemas podem ser confrontados e compreendidos como legítimos habitantes do espaço psicológico; seria ainda necessário identificar suas posições particulares dentro deste espaço, com todas as implicações práticas, técnicas e éticas que lhes correspondem. A isso voltarei mais tarde.

Na ausência de uma compreensão mais abrangente e profunda do nosso espaço de dispersão, experimenta-se um sutil mal-estar que poderia ocasionalmente converter-se em episódios de angústia. Se esta não aparece claramente é porque contra ela logo emergem duas reações muito típicas e perniciosas: o *dogmatismo* e o *eclétismo*. No primeiro caso, o psicólogo em formação ou já formado tranca-se dentro de suas crenças e ensurdece para tudo que possa contestá-las. No segundo adota indiscriminadamente todas as crenças, métodos, técnicas e instrumentos disponíveis de acordo com a sua compreensão do que lhe parece necessário para enfrentar unificadamente os desafios da prática.

É preciso perceber o que estas duas defesas contra a angústia têm em comum: elas *bloqueiam o acesso à experiência*. No caso do dogmatismo a minha afirmação deve parecer óbvia: quem se agarra aos sistemas como tábua de salvação não só não pode ouvir as interpelações que viriam de outras vozes teóricas (que ficam de antemão desqualificadas), mas também não se permite ouvir o que a sua prática tem a dizer, salvo na medida em que se encaixe no esquema do que o psicólogo pensa que sabe. Eu não estou aqui defendendo uma posição inge-

nuamente empirista; sei muito bem que as teorias são indispensáveis para que se torne inteligível o campo das experiências; são elas que nos ajudam na tarefa de configuração deste campo e sem elas estaríamos desamparados diante de uma proliferação de acontecimentos completamente fora do nosso manejo. Contudo, o reconhecimento deste papel para as teorias e, mais amplamente, o reconhecimento de que não há experiência sem pressupostos não se pode confundir com o aforamento dogmático a um conjunto de crenças que resulte na própria impossibilitação de qualquer experiência nova.

A posição eclética apenas aparentemente escapa deste cativo: ocorre, na verdade, que o eclético lança mão de tudo, sem rigor e sem compromissos, a partir de um plano de compreensão que, este, nunca é questionado: o do senso comum. É neste nível do senso comum que o eclético acha que “no fundo” existe uma unidade entre as teorias e sistemas, que as técnicas e instrumentos se complementam, que ele as avalia, que ele supõe identificar as necessidades de seus clientes, etc., etc. A prisão do senso comum é mais invisível exatamente porque é a mais próxima e envolvente, mas ela é, tal como a do dogmatismo, um limite e um bloqueio. De fato, seja enclausurado dogmaticamente na sua teoria ou ingenuamente enclausurado no senso comum o psicólogo que cede à tentação de escapar da angústia através destas formas bastardas de unificação perde a capacidade de *experimentar*. O que é experimentar, efetivamente, senão entrar em contato com a alteridade?

Fazer uma experiência com o que quer que seja, uma coisa, um ser humano, um deus, isto quer dizer: deixá-la vir sobre nós, para

que nos atinja, nos caia em cima, nos transforme e nos faça outro (Heidegger).

Estas são as palavras de um dos maiores pensadores, senão o maior, do século XX, Martin Heidegger. O que ele enfatiza é que a verdadeira experiência comporta um momento de encontro, de negação, de transformação. Ou seja, experimentar é deixar-se fazer outro no encontro com o outro. Em outras palavras: só há experiência onde há diferença e onde novas diferenças são engendradas. Ora, tanto o dogmático não se dispõe a nada disto, como o eclético procura manter-se fundamentalmente o mesmo, encobrindo esta imobilidade e esta mesmice impermeável com a fantasia da variedade e da liberdade.

II

Se me alonguei nesta questão do dogmatismo e do ecletismo é porque infelizmente eles costumam ser tentações quase irrecusáveis para o psicólogo.

Mas será que não existem outras maneiras de enfrentar a dispersão do espaço psi, de lidar com a angústia que ele evoca? Creio que sim, mas estas maneiras exigem uma estreita aliança de movimentos construtivos e movimentos reflexivos. Chamo de movimentos construtivos os que implicam em investir na produção do conhecimento a partir dos recursos conceituais disponíveis nas teorias e no encontro destes recursos com os desafios da prática, ou seja, a partir das experiências. Não se trata, necessariamente, de transformar todo psicólogo num profissional da pesquisa, mas de trazer para as situações práticas e profissionais a competência de *pensar* que

permita a elaboração de conhecimentos novos. É preciso abandonar a ideia de que a psicologia dita “aplicada” seja a mera aplicação de um conhecimento científico já constituído. No nosso campo, tão ou mais decisivo que o conhecimento teórico disponível é a incorporação deste conhecimento às habilidades do profissional como um dos ingredientes do que poderíamos chamar de “conhecimento tácito” do psicólogo. Pois bem, esta incorporação da teoria só acontece no bojo de um processo muito pessoal e em grande parte intransferível de experimentação e reflexão; nesta medida, nossa atividade profissional vai muito além da aplicação, constituindo-se em uma autêntica elaboração de conhecimentos mesmo que estes não se traduzam em textos, mesmo que permaneçam como conhecimentos tácitos incorporados às práticas do profissional na forma de um saber do ofício.

No entanto, para que o movimento construtivo possa se efetivar é necessário conservar aberto o lugar para a experiência, o lugar da alteridade, da negatividade, da transformação. Ora, a abertura e conservação deste espaço é tarefa da reflexão. A reflexão destina-se, no caso, a elucidar os limites de cada sistema, seja explicitando seus pressupostos, seja antecipando suas implicações e consequências, muitas vezes invisíveis a olho nu.

Muitas vezes se pensa que a principal função da atividade reflexiva no campo das teorias científicas seja a de investigar e, se necessário, questionar suas pretensões à verdade. Em outras palavras, muitas vezes se acredita que quem reflete sobre teorias e sistemas psicológicos deveria fazer perguntas tais como: como se deu e se dá a produção e a validação do conhecimento que se apresenta como sendo científico? quais os métodos e técni-

cas acionados na produção e validação do conhecimento, etc.?

Ora, em relação a este tipo de preocupação haveria duas coisas a considerar. Em primeiro lugar, a centralidade das questões epistemológicas no campo da cultura moderna e científica tem sido cada vez mais problematizada (RORTY, 1979; 1982; 1990). Observa-se em todo o pensamento contemporâneo um abandono progressivo e às vezes dramático do projeto fundacionista, ou seja, do intento de fazer repousar o conhecimento científico em bases sólidas e inquestionáveis, isto é, em alguma forma de conhecimento imediato e indiscutível tal como foram os projetos epistemológicos da modernidade, sejam os de inspiração baconiana, sejam os oriundos da tradição cartesiana. Ao contrário disso, já se torna quase consenso a aceitação de que não há tais fundamentos, de que não há conhecimentos imediatos, de que não há conhecimento sem pressupostos, sendo que estes podem ser explicitados, e é bom que o sejam, mas jamais serão verificados ou refutados. No máximo eles poderão ser avaliados em suas propriedades heurísticas, ou seja, na sua fecundidade e na sua eficácia.

Em segundo lugar, cabe assinalar que o abandono do projeto fundacionista e a ênfase na investigação dos pressupostos das construções teóricas e das práticas vêm a calhar para uma área como a nossa, marcada pela dispersão. Não creio, efetivamente, que a avaliação comparativa das teorias e dos sistemas psicológicos pudesse ser feita apenas ou principalmente no plano epistemológico. Não é possível nem faz sentido procurar saber quem é ou foi mais científico: Skinner, Piaget, Freud, Jung, Rogers? O que se passa é que os diversos sistemas de pen-

samento psicológico não visam os mesmos objetos, da mesma maneira, com os mesmos objetivos e de acordo com os mesmos padrões. As noções de "realidade", de "psiquismo", de "comportamento", etc. variam; igualmente varia o que se entende por "teoria", por "conhecimento" e por "verdade"; em decorrência, variam os critérios de avaliação do conhecimento e dos métodos e procedimentos adequados. Nesta medida tais divergências não se resolverão mediante pesquisas, já que qualquer pesquisa será efetuada a partir de seus próprios pressupostos. Chamo de "matrizes do conhecimento psicológico" (FIGUEIREDO, 1991) a estes grandes conjuntos de valores, normas, crenças metafísicas, concepções epistemológicas e metodológicas que subjazem às teorias e às práticas profissionais dos psicólogos. Coloco também no plano das matrizes o conjunto das implicações éticas que pertencem legitimamente ao mesmo campo de produção teórica e de práticas.

Aqui creio que seria oportuno deter-me um pouco no termo "matrizes". É preciso de início estabelecer algumas diferenças de nível: falando em "sistemas", em "escolas", em "facções" ou em "correntes" eu permaneço no nível manifesto, embora recortando de forma mais ou menos flexível, mais ou menos restritiva o meu material. É verdade que o termo "correntes" ao insistir na dimensão temporal se abre para uma passagem da apreensão das ideias tais como se mostram para uma apreensão das ideias na sua historicidade, na sua autogeração. No entanto, se o meu interesse é o de identificar pressupostos e implicações, eu necessito de um termo que me dê acesso a um nível que opera no registro do latente, do que age dissimuladamente. Os termos "paradigma" tal

como empregado por Kuhn (1970), “episteme” tal como empregado por Foucault (1966; 1969), “bases metafísicas” tal como empregado por Burt (1983), entre outros, dizem respeito exatamente a este nível que me interessava focalizar. Optei pelo termo “matrizes”, que por sinal também veio a ser proposto por Kuhn (1974), para substituir o de “paradigmas” porque ele me pareceu o mais apto a falar do meu tema: o espaço psi como um espaço de dispersão que, apesar de tudo, não é um espaço de caos absoluto, pois possui uma organização subterrânea a partir da qual podem ser confrontadas, aproximadas ou contrapostas as correntes, as escolas, as seitas, enfim, todos os habitantes graúdos ou miúdos do espaço psicológico. As matrizes são geradoras; elas são fontes, elas instauram os campos de teorização e de ação possíveis, elas inauguram as histórias das psicologias.

No meu livro *Matrizes do pensamento psicológico* procurei oferecer um quadro panorâmico das psicologias contemporâneas organizado a partir de suas matrizes. O espaço não me permitirá estender-me sobre a questão. Apenas recordarei que lá denomino matrizes científicas a todas as matrizes a partir das quais a psicologia vem a ser concebida e praticada como ciência natural (de acordo, naturalmente, com os modelos de ciência natural disponíveis no século XIX); todas pressupõem a crença numa ordem natural e diferem apenas na forma de considerarem esta ordem; as psicologias geradas por estas matrizes seriam construídas como anexos ou segundo os modelos de outras ciências da natureza, como, por exemplo, a biologia. Como as demais ciências naturais; as psicologias estariam destinadas a fornecer um

conhecimento útil para previsão e controle dos eventos psíquicos e comportamentais.

De outro lado, encontram-se as matrizes inspiradas no pensamento romântico de oposição ao racionalismo iluminista e ao império da matemática e do método: para elas o objeto da psicologia não são eventos naturais, mas são formas expressivas, ou seja, as ações, produtos e obras de uma subjetividade singular que através deles se dá a conhecer. Enquanto as psicologias engendradas por matrizes científicas propunham-se como conhecimento apto a previsões e controles e, nesta medida, se obrigavam a explicar os eventos psíquicos e comportamentais inserindo-os numa ordem natural, as psicologias engendradas a partir de matrizes românticas têm como meta compreender, ou seja, gerar conhecimentos aptos à apreensão das formas expressivas. A meta deste conhecimento seria a de ampliar a capacidade de comunicação entre os homens e de cada um consigo mesmo.

Destas matrizes românticas destacam-se as que eu denomino de pós-românticas. Nestes casos, o que observamos é o resgate da grande questão colocada pelas matrizes românticas, a questão da compreensão, aliado à renúncia à esperança de uma apreensão fácil e imediata do sentido. Para estas matrizes o sentido dos atos, dos produtos e das obras não coincide com as vivências que lhes correspondem, supõe-se que por trás dos sentidos haja outros sentidos e por trás destes haja processos e mecanismos geradores de sentido e que nada disso se dê espontaneamente à nossa consciência. Seria preciso, portanto, elaborar métodos e técnicas e critérios interpretativos que nos permitam ir além de uma compreensão ingênua e autocentrada dos outros e de nós mesmos.

III

Este panorama amplo do campo de dispersão, dentro do qual puderam ser situadas as escolas, sistemas, facções e correntes de forma a que pudessem ser mostradas suas inter-relações, suas familiaridades e seus antagonismos foi o saldo, espero, da elaboração das *matrizes*. Quero assinalar, mais uma vez, que não houve de minha parte, em nenhum momento, a intenção de julgar e muito menos de julgar epistemologicamente as teorias; meu objetivo foi sempre o de conservar a diversidade na unidade, tornando-a inteligível.

Este resultado, porém, não me satisfaz completamente. É verdade que ele pode ser útil para o combate às tendências dogmáticas e ecléticas mais precipitadas, mas ele deixa em aberto a questão das opções, das escolhas. Aqui, novamente, creio necessário dar alguns esclarecimentos. Na verdade, depois de muita observação de mim mesmo, de colegas e de alunos, eu me permito duvidar de que os psicólogos possam realmente escolher suas teorias, métodos e técnicas. Creio que é totalmente ilusório imaginar que em algum momento tenhamos a isenção, o conhecimento e a liberdade para efetuar esse tipo de opção. Ao contrário, o que percebo é que somos escolhidos: somos como que fisgados, atraídos por uma trama complexa de anzóis e iscas, das quais algumas nunca serão completamente identificadas.

De qualquer forma, muito antes de nos darmos conta de que escolhemos já fomos escolhidos e, embora estas opções possam ser refeitas, haverá sempre algo que nos antecede e nos chama. Ora, o que uma reflexão acerca das matrizes do pensamento psicológico nos pode propi-

ciar não será, portanto, uma escolha plenamente consciente e racional. O que podemos esperar, creio eu legitimamente, desta reflexão, é uma ampliação da nossa capacidade de pensar acerca do que acreditamos, acerca do que fazemos e de quem somos. Pois bem, uma compreensão dos sistemas e teorias no contexto de uma explicitação das matrizes do pensamento psicológico ajuda nesta tarefa reflexiva, mas não é suficiente. De uma certa forma, poderíamos mesmo dizer que ao nos defrontarmos com a diversidade conservada na unidade estamos apenas entrando em contato com o problema, mas não o estamos ainda resolvendo. É claro que entrar em contato é um primeiro passo indispensável, ao contrário das saídas dogmáticas e ecléticas que ao invés de favorecerem o movimento de problematização evadem-se deste contato negando, de uma forma ou de outra, a própria diversidade. Dado este primeiro passo, contudo, como prosseguir?

Meu caminho foi o de refazer o processo de gestação do próprio espaço psicológico para entender como e por que ao final do século XIX se abriu um campo no qual vieram a se instalar diversos projetos de psicologia que, apesar de suas diferenças, tinham em comum a pretensão de estabelecer a psicologia como uma área independente de saberes e intervenções *sui generis*. Em outras palavras, meu objetivo passou a ser o de compreender a história da constituição do espaço psicológico e de como este espaço se organizou em termos de lugares, cada lugar ensejando uma maneira de teorização e de exercício profissional. Tratava-se, enfim, de uma tarefa de *genealogia do psicológico*. O meu tema era vasto e de limites imprecisos; como circunscrever, de uma vez por todas, o conjunto de acontecimentos e dispositivos que contribuí-

ram para a constituição de um campo de saber e de intervenção, com seus objetos e procedimentos próprios? Ao fazer a genealogia de qualquer tipo de identidade (aqui as identidades dos psicólogos e das psicologias) devemos começar colocando entre parênteses nossa crença na permanência infinita desta mesma identidade e de seus limites atuais. Com isso ficamos provisoriamente desorientados. Aonde procurar? O que procurar? Uma coisa apenas era certa: havia que transgredir sistematicamente os limites do que hoje é reconhecido como pertinente ao campo psi, buscando nos mais variados discursos os elementos necessários à análise. Minha pesquisa caminhou então de forma exploratória. É certo que a questão já não é completamente nova e pude me valer de autores que antes de mim investigaram coisas parecidas. No caso, "coisas parecidas" eram todas as que diziam respeito às formas do homem ocidental moderno relacionar-se consigo mesmo, com seu destino, sua vida e sua morte, com os outros pequeninos e com os grandes outros: Deus, a sociedade, etc. Isto me levou para os terrenos da filosofia, da política, das ciências, da religião, das diversas áreas de manifestação artística e literária, etc. O projeto de pesquisa tentou abarcar alguns momentos que me pareceram mais significativos na história da modernidade ocidental desde o fim do século XV até o final do século XIX. O resultado deste trabalho, apresentado como tese de livre-docência em Psicologia Geral na USP e logo editado com o título de *A invenção do psicológico – Quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*, é, creio eu, um passo adiante na tentativa de pensar o nosso espaço e nossa diversidade.

Ao longo dos quatro séculos estudados pude ir reconstituindo o processo de transformação nos modos de

subjetivação no bojo do qual foram se criando as subjetividades nas quais e para as quais o chamado "psicológico" veio a se mostrar como uma dimensão decisiva tanto para experimentarmos como para pensarmos acerca de nossas experiências e de nossa existência. Pude também mostrar como no século XIX esta dimensão se constitui como um território organizado em torno de três polos – o modo ilustrado e liberal de subjetivação, o modo romântico e o modo disciplinar –, polos estes em permanente estado de conflito mas também formando alianças inesperadas e difíceis de captar. Finalmente, pude alinhar argumentos que sugerem que os diversos sistemas e subsistemas teóricos em psicologia tornam-se inteligíveis desde os lugares que ocupam no espaço psicológico e desde as relações que daí entretêm com cada um dos polos acima mencionados. Ora, assim como o psicológico enquanto espaço *sui generis*, assim como os lugares que compõem este espaço e a partir de onde são elaboradas as diferentes possibilidades de viver e pensar a existência coletiva e individual fazem parte da história do Ocidente, da mesma forma os sistemas e escolas da psicologia contemporânea representam diferentes perspectivas para enfrentar os dilemas da modernidade, a chamada crise da modernidade. Crise esta que se caracteriza, entre outras coisas, pela falência dos modos modernos de subjetivação, sejam os de extração ilustrado-liberal, sejam os de extração romântica. Crise, enfim, que gerou e continua gerando tanto as demandas como as ofertas de psicologia.

Nesta medida, ao assumirmos um lugar determinado no espaço psicológico estaremos nos situando muito além do que seria o campo da psicologia, visto apenas

como área específica de conhecimentos e práticas profissionais. Estaremos mesmo fazendo mais que apenas adotar, talvez sem a devida reflexão, crenças, normas e valores. Estaremos de fato nos posicionando diante dos destinos de nossa época. Longe de mim a intenção de reduzir uma prática profissional a qualquer modalidade de militância; não se trata, portanto, de promover tal ou qual forma de fazer e pensar a psicologia em termos de uma dada concepção do que seria "politicamente correto". Trata-se, contudo, isto sim, de introduzir nas nossas considerações algo que via de regra escapa à formação convencional do psicólogo; trata-se de introduzir no campo das nossas cogitações uma discussão histórica, sociológica e filosófica acerca do mundo em que vivemos, das formas dominantes de existir neste mundo e de como as psicologias contemporâneas são modos de tomar partido em relação aos problemas da contemporaneidade.

Aí reside a dimensão ética das psicologias, dimensão sobre a qual há muito pouca reflexão, já que costumamos reduzir as discussões éticas a questões que me parecem triviais e formais. As verdadeiras questões éticas são, a meu ver, as que dizem respeito às posições básicas que cada sistema ou teoria ocupa no contexto da cultura contemporânea diante dos desafios que dela emanam. Para estas questões, como de resto para as questões verdadeiramente grandes, não devemos ter a esperança de respostas concludentes. Nossa obrigação, porém, pode e creio que deve ser a de mantê-las em aberto. Elas são, afinal de contas, as brechas nas nossas crenças e nos nossos compromissos através das quais pode se insinuar a alteridade; enfim são elas que nos podem conservar disponíveis para a experiência e para a renovação.

Referências

- BURTT, E.A. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Brasília: UnB, 1983 [Trad. J. Viegas Filho e Orlando A. Henriques].
- FIGUEIREDO, L.C. *A invenção do psicológico – Quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: Escuta/Educ, 1992.
- _____. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- _____. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.
- KUHN, Th. Second thoughts on paradigms. In: SUPPE, F. (ed.). *The structure of scientific theories*. 2. ed. Illinois: Illinois University Press, 1970.
- _____. *The structure of scientific revolutions*. 2. ed. Chicago: Chicago University Press, 1970.
- RORTY, R. *Science et solidarité*. Cahors: Éclat, 1990 [Trad. de Jean Pierre Cometti].
- _____. *Consequences of pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.
- _____. *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press, 1979.